

ATA DA 141ª REUNIÃO DA CTIL**DATA:** 14/11/2017**HORÁRIO:** 9h às 18h**LOCAL:** Sala T 13, no Ed. Marie Prendi Cruz, localizado no SEP 505 – Lote 2, em Brasília/DF.**REPRESENTANTES:**Ministério dos Transportes: Antônio Maurício Ferreira Netto (antonio.netto@transportes.gov.br)Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: José Silverio da Silva (josé.silverio@agricultura.gov.br)Ministério do Meio Ambiente-SRHQ: Sergio Antônio Gonçalves (sergio.goncalves@mma.gov.br)Ministério do Meio Ambiente - ANA: Eldis Camargo (eldis.camargo@ana.gov.br);Ministério de Minas e Energia: Adão Martins Teixeira Junior (adao.junior@mme.gov.br);

Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Rio de Janeiro/São Paulo: ausente

Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Paraíba/Bahia: ausente

Conselho Estaduais de Recursos Hídricos – Paraná/Distrito Federal: ausente

Irrigantes: ausente

Irrigantes: Gustavo Santos Goretti (gustavo.goretti@cna.org.br);

Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: ausente

Indústrias: Percy Soares Neto (pssoares@cni.org.br)Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com)Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Luís Eduardo Freitas de Faria (luis.eduardo@cedae.com.br);Comitês e Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Paulo Robson da Silva Samuel (paulo.samuel@ufrgs.br);Organizações Não Governamentais – Fonasc: Gustavo T. Gazzinelli (gt.gazzinelli@gmail.com);Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Synara Aparecida Olendeski Broch (synara.broch@gmail.com)**DEMAIS PRESENTES:**Julio Thadeu Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)José Quadrilli Neto (Jneto@cni.org.br)**RELATORIA:**Roseli dos Santos Souza (roseli.souza@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS: no dia 14 de novembro de 2017, na SEP 505, em Brasília, realizou-se a 141ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL), do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), convocada há 20 dias, e discutiu: **Item 1 – Abertura/Informes:** O Sr. Sergio Gonçalves (Presidente da CTIL-MMA/SRHQ) iniciou a 141ª Reunião da CTIL certificando o quórum e falou sobre o recebimento das justificativas de ausência das Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro e São Paulo. Na sequência passou ao **Item 2 - Aprovação da minuta da Ata da 140ª Reunião da CTIL** informando que a CNI solicitou alteração no trecho da

51 fala do representante Alexandre Luis Almeida Vilella. Perguntou se haveria mais alguma
52 contribuição. O **Sr. Gustavo Gazzinelli (ONG-Fonasc)** pediu explicações em alguns pontos da
53 Ata e propôs modificações no texto. Em virtude de outras manifestações para alterá-la, acordou-se
54 que o documento seria reenviado para ser aprovado na próxima reunião, incorporando as
55 contribuições. Retomando aos informes, o **Sr. Gustavo Gazzinelli (ONG-Fonasc)** solicitou
56 esclarecimentos sobre o Decreto que altera as competências da Agência Nacional de Águas para
57 incorporar o Saneamento. O **Sr. Sergio Gonçalves (Presidente da CTIL-MMA)** informou que
58 existe uma minuta de medida provisória que altera as Leis da Ana e do Saneamento. Explicou que
59 o processo foi capitaneado pela Casa Civil da Presidência da República, envolvendo vários
60 ministérios na discussão. A motivação para tal iniciativa era de que o Governo deveria ter posição
61 mais firme no processo de regulação do setor de saneamento, cuja competência, hoje, está a cargo
62 Ministério das Cidades. Citou que a ANA foi à entidade escolhida para fazer supervisão do setor
63 de saneamento básico no Brasil. O **Sr. Percy Soares (Indústria – CNI)** disse que a Indústria
64 estava atenta ao assunto e que o texto da Medida Provisória era muito complexo. Destacou que
65 para a gestão das águas, havia dois pontos fundamentais que mereciam atenção. Primeiro que, pela
66 proposta, a ANA poderá intervir em qualquer bacia hidrográfica que esteja em situação crítica,
67 independente do domínio, o que rompe com o pacto federativo. E o segundo ponto, mais grave, é
68 o de lançar um conjunto de atribuições para a Agência sem a destinação de recursos financeiros e
69 humanos. Enfatizou que o CNRH deveria se posicionar, pois, caso a medida prospere, é
70 fundamental que a União aporte os recursos necessários para que a ANA cumpra essa nova
71 atribuição. O Sistema já tem suas lacunas de implementação de gestão de água, muito em função a
72 falta de orçamento e pessoal técnico. O **Sr. Paulo Samuel (Comitê-Gravatay)** informou que a
73 ABES foi convidada para uma reunião no Rio Grande do Sul para discutir o tema. Que o setor
74 estava bastante preocupado com os desdobramentos desta proposta. O **Sr. Luiz Eduardo Faria**
75 **(Abastecimento-Cedae)** esclareceu que a AESBE protocolou no Ministério das Cidades
76 documento em que avalia a proposta e solicita a retirada de alguns artigos. Após manifestações,
77 em que se destaca a apreensão que essa iniciativa possa enfraquecer o Sistema Nacional de
78 Recursos Hídricos, acordou-se que a CTIL levaria essa pauta para ser debatida na próxima
79 plenária do CNRH, ocasião em que seriam convidados representantes da ANA, Ministério das
80 Cidades e Casa Civil. Também seria enviada aos membros a documentação sobre o tema,
81 especialmente, o posicionamento das instituições. O **Sr. Wilson de Azevedo (Pescas, Turismo e**
82 **Lazer)** lamentou o momento em que o país estava passando, em que se vale tudo. Salientou que a
83 medida provisória desconsidera os órgãos gestores de recursos hídricos e o Projeto Legado ainda
84 carece de uma lógica federativa. Sobre este último questionou se havia algum posicionamento do
85 Conselho sobre os encaminhamentos a serem dados. Destacou que o documento vai ser
86 apresentado no 8º Fórum Mundial da Água, conduzido de forma unilateral. Disse que o segmento
87 por ele representando não iria se manifestar individualmente, e sim por meio do CNRH. O **Sr.**
88 **Sergio Gonçalves (Presidente da CTIL-MMA)** esclareceu que a versão 0.4, que seria levada à
89 ABRH, já estava na página da Agência. Informou que nenhum Conselheiro se manifestou
90 formalmente sobre o projeto Legado e nem o plenário o fez, mas que algumas Câmaras Técnicas
91 se debruçaram sobre o documento e fizeram comentários e sugestões de melhorias e adequações
92 para a proposta. Não tem dúvida que o lócus da discussão é o CNRH. O **Sr. Percy Soares**
93 **(Indústria-CNI)** corroborou a fala do Sr. Wilson, enfatizando que a decisão não estava sendo
94 tomada nas instâncias colegiadas e sim no gabinete da ANA. Gostaria de saber o que está sendo
95 planejado para o legado. Qual seria o rito político no Fórum, como o projeto se encerra e qual o
96 próximo passo. Ressaltou que o momento político do Legado é crucial, tem data a ser definida.
97 Para ele o Ministro tem governabilidade de manifestar sobre o assunto e que ao fazê-lo colocaria o
98 Conselho em um papel de destaque. O **Sr. Gustavo Gazzinelli (ONG-Fonasc)** sugeriu a
99 realização de um seminário para discutir o tema, para ele caberia ao CNRH se manifestar,
100 principalmente, naquelas matérias que não em que não houve convergência. Entende que as

questões chave devem ser discutidas no colegiado, antes do Fórum. A **Sra. Synara Broch (OTEPS)** defendeu que a estratégia deveria ser proposta pelo plenário e de que há necessidade desta formalização. Para ela, os representantes das câmaras técnicas deveriam levar a temática para seus conselheiros. A **Sra. Eldis Camargo (ANA)** informou da reunião com juristas para tratar das propostas do legado, e que a versão 0.4 trazia esta nova visão. Esclareceu que não faz parte coordenação que está à frente do Legado, por isso não poderia responder algumas das questões ou críticas levantadas. O **Sr. Julio Thadeu Kettelhut (MMA)** entende que tudo o que sair do legado deve passar pelo CNRH, que deve encaminhar a quem de direito ou deliberar no próprio colegiado. O **Sr. Wilson de Azevedo (Pesca, Turismo e Lazer)** informou da intenção de se articular com os demais segmentos usuários e com a sociedade civil para agendar uma reunião com o Ministro José Sarney Filho, para tratar deste assunto. Encerrado o debate, encaminhou-se que o tema seria pautado na próxima plenária do CNRH, ocasião em que a ANA apresentaria a versão pós ABRH e informaria como a proposta seria levada ao Fórum Mundial da Água. **Item 3 – Proposta de Resolução que “Altera as Resoluções CNRH nº 97, de 17 de dezembro de 2008, e CNRH nº 70, de 19 de março de 2007, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de junho de 2000”.** O **Sr. Sergio Gonçalves (Presidente da CTIL-MMA)** esclareceu que a proposta de Resolução foi encaminhada pela CTCOB e, conforme apontado no histórico, a proposta atende a uma demanda do Conselho, especificamente quanto ao aperfeiçoamento dos procedimentos para a definição das prioridades de aplicação dos recursos provenientes da Contribuição Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH), repassados pelas geradoras de hidroeletricidade. A representante da Agência Nacional de Águas, Eldis Camargo, questionou o § 3º art. 2, que estende a consulta aos comitês estaduais. No entanto, foi do entendimento dos membros da Câmara que a Resolução original falava em consulta aos comitês. Não fazendo distinção se em rios de domínio da união ou dos estados. A proposta de Resolução foi aprovada pela CTIL, sem alterações. **Item 4 – Proposta de Resolução que “Aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o exercício de 2018”.** O **Sr. Sergio Gonçalves (Presidente da CTIL-MMA)** informou que em atendimento ao Regimento Interno CNRH, a Secretaria Executiva do Colegiado elaborou seu programa de trabalho e respectiva proposta orçamentária anual para 2018. Na sequência, a relatora, Roseli Souza, explicou os critérios para se chegar ao documento em análise. A proposta foi questionada, por ser considerada muito acanhada diante da importância do CNRH e por não ter levado em conta que em 2018 será realizado o 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília, bem como outras competências da Secretaria Executiva. O representante das ONGS-Fonasc, Gustavo Gazzinelli, sugeriu o aumento no número de tiragem da 9ª Edição do Conjunto de Normas Legais e a previsão de envio a todos os municípios e entes do Sistema. Lembrou, ainda, sobre a implantação do Cadastro de Organizações Cíveis de Recursos Hídricos – COREH. Em relação ao 8º Fórum Mundial da Água, o representante da Indústria, Percy Soares Neto, enfatizou a necessidade do CNRH se fazer presente nesse evento. Para isto deveria haver uma previsão de recurso para acompanhar essa atividade. Diante das manifestações sobre o plano de trabalho e a respectiva proposta orçamentária, acordou-se um valor indicativo de R\$ 1.200.000 (um milhão e duzentos reais) para que a Secretaria Executiva pudesse distribuir entre as atividades apresentadas. Sobre essa questão, os representantes da Agência Nacional de Águas e das Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário se posicionaram a favor do texto, mas se abstiveram quanto ao valor sugerido. Foi ressaltado pelo Presidente da CTIL, Sergio Gonçalves, das restrições orçamentárias advindas do ajuste fiscal do Governo Federal. A proposta de resolução foi aprovada, com as adequações sugeridas. **Item 5 - Composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira - CTCOST, para o mandato de 1º de dezembro de 2017 a 30 de novembro de 2019.** O presidente da

CTIL esclareceu os procedimentos para recomposição das Câmaras Técnicas, conforme estabelecido no regimento Interno do CNRH. Informou que a Secretaria Executiva comunicou aos Conselheiros que o mandato da atual composição – CTCOST venceria no dia 30 de novembro de 2017, solicitando a manifestação formal sobre o interesse dos segmentos em participar da composição do próximo mandato da referida câmara técnica. A tabela compilada com as manifestações de interesse foi apresentada, contendo 16 das 17 vagas preenchidas. Houve dúvidas quanto ao envio de manifestação pelas Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Acordou-se que a Secretaria Executiva, após a reunião, averiguaria essa questão. O Conselheiro Paulo Robson Samuel informou que entraria em contato com os Consórcios e Associações Intermunicipais das Bacias Hidrográficas para verificar o interesse desse segmento em compor a CT. O **Sr. Sergio Gonçalves (Presidente da CTIL)** informou que o indicativo com os segmentos participantes seria enviado a plenária do CNRH para deliberar em definitivo. Disse que com a aprovação desse novo mandato seria marcada a reunião para reativar essa câmara técnica. Destacou que Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental possui uma Diretoria de Zoneamento Territorial (DZT) e dentro dela tem uma Gerência Costeira. Com isso a Secretaria tem tido uma pauta muito proativa em relação ao lixo no mar e sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável afetos a questão marinha. Ressaltou que o Departamento de Recursos Hídricos e o DZT estão desenvolvendo parcerias, o que é fundamento em função dos problemas do uso e ocupação solo e da intrusão marinha. Propiciando, também, a aproximação da gestão costeira com a gestão de recursos hídricos. Destacou, ainda, que faltaria reativar a Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços (CTGRHT), matéria que já vinha sendo tratada junto à Assessoria Internacional do Ministério do Meio Ambiente. Sobre essa última, a representante das OTEPS, **Synara Broch**, destacou que não era por falta de demanda e pauta que a CTGRHT não se reunia. Resgatou importantes discussões ocorridas, a exemplo do Acordo Binacional para a gestão do rio Apa, mas que as ações decorrentes ficaram paradas. Para ela, a dormência dessa CT faz com que não se avance nas metas do PNRH. Informou que todo trabalho realizado na Bacia do rio Acre, resultou em vazio, por falta de proatividade da CT. O Sr. Gustavo Gazzinelli (**ONG-Fonase**) sugeriu que na próxima reunião do CNRH já se apresentasse um plano de trabalho para a CTGRHT, convidando o Ministério das Relações Exteriores. Sugeriu, também, a realização de um Seminário em uma região transfronteiriça. O **Sr. Wilson de Azevedo (Pesca, Lazer e Turismo)** lembrou que a CTGRHT já foi muito atuante no CNRH, viabilizando vários acordos internacionais, como o da Lagoa Mirim, do rio Guará e do rio Apa, além de ter minutado o acordo do rio Acre, que não evoluiu. O **Sr. Gustavo Goretti (Irrigantes-CNA)** ressaltou as manifestações do Conselheiro Ivo Mello nas plenárias do CNRH, sobre a reativação da CTGRHT. O **Sr. Sergio Gonçalves (Presidente da CTIL)** informou que a meta é trabalhar para reinstalar o mais rápido possível essa CT, ainda mais com o Fórum Mundial da Água. **Item 6 - Criação do Grupo de Trabalho Conjunto, CTIL e CTCOB, que irá analisar a solicitação do Dnocs sobre o recebimento de valores referentes à cobrança pelo uso da água nas estruturas mantidas pela Autarquia.** A respeito deste tema, a **Sra Eldis Camargo (ANA)** informou sobre um documento do Conselho Gestor do Projeto de Integração do São Francisco (PISF), em que consta a proposta de transferência da operação e manutenção dos reservatórios para os estados. Para ela, talvez fosse o caso de aguardar um pouco o resultado desta iniciativa, para que o grupo se debruce sobre a demanda do DNOCS. O **Sr. Sergio Gonçalves (Presidente da CTIL)** esclareceu que na reunião passada da CTIL foi aprovada a criação do GT, não houve a instalação porque, naquele momento, não se tinha quantidade de membros suficientes. Lembrou que é um grupo conjunto com a CTCOB, porque envolve o repasse de parte do recurso da cobrança para o DNOCS. Esse processo mexe com a estrutura do sistema de cobrança e ao mesmo tempo se trabalha com a legalidade desse pleito. Ressaltou que o DNOCS tem aproximadamente 200 barragens, cujas principais, em volumes e estratégicas, são as do São Francisco. Confirmou que há uma negociação em andamento para a

transferência PISF para os estados. Caso isso ocorra, o DNOCS não terá mais a responsabilidade sobre esses açudes e áreas de barragens. Afirmou que isso é um fator importante para saber em que nível o GT irá trabalhar. O **Sr. Bento Godoy (Comitês)** acha que a demanda do DNOCS pode abrir precedentes para outros setores querendo recursos da cobrança. O **Sr. Gustavo Gazzinelli (ONG-Fonasc)** informou que leu o parecer da Consultoria Jurídica do DNOCS e que teria observações a fazer. Destacou as responsabilidades que a Autarquia teria para cumprir a sua parte no plano de bacia e na segurança das barragens. Informou que o Relatório de Segurança de Barragens 2016 apontou que varias barragens sobre responsabilidade do DNOCS não tinham informação. Como encaminhamento, acordou-se que o Grupo de Trabalho monitoraria até janeiro os avanços da proposta de delegação das estruturas da união para o estado. A partir de então o grupo se debruçaria sobre a demanda do DNOCS. A Secretaria Executiva enviaria o nome dos participantes para a Eldis Camargo (ANA), que ficou como coordenadora do GT. **Item 7 - Informe sobre o monitoramento da implementação da Resolução CNRH nº 181/2016, que aprovou as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020.** A **Sra. Adriana Lustosa (SRHU/MMA)** informou sobre a situação da implementação das prioridades e metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos que foram aprovadas no final de 2016 pela Resolução CNRH Nº181. Esclareceu que o Ministério do Meio Ambiente tem a responsabilidade sobre a elaboração, revisões e monitoramento do Plano Nacional de Recursos Hídricos, e que faz isso em articulação com a Câmara Técnica do Conselho Nacional de Recursos Hídricos(CTPNRH) e também em conjunto com a Agência Nacional de Águas. Mostrou uma síntese do acompanhamento dessas prioridades e suas metas, com os sinalizadores, indicando se a meta está em dia (verde), com sinal de atenção (amarelo) ou em atraso (vermelho). Como exemplo, cita-se a primeira prioridade, *Desenvolver o planejamento de longo prazo para conservação e uso racional das águas do País considerando as mudanças climáticas*, e que tem três metas associadas, duas delas estão em dia e uma já parece em amarelo, porque tem um horizonte temporal até dezembro de 2018. Chamou a atenção para as metas que ficaram a cargo do Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio do CTHIDRO, que dependem de editais, e que estavam atrasadas. Em virtude disso, a CTPNRH estava elaborando uma minuta de moção para que o houvesse descontingenciamento dos recursos para a aplicação em pesquisas nessa área de recursos hídricos. Destacou algumas das metas que avançaram tais como a revisão do Decreto de Composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que está em andamento na CTIL; e reuso da água, que estava sendo discutida por meio das oficinas de trabalho realizadas no âmbito da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia. Disse que para 2018 estava prevista a articulação com os estados e com os comitês de bacia da União; uma estratégia de comunicação do Plano com repercussão também nesses níveis de gestão; e uma ferramenta informacional para auxiliar no monitoramento. Esclareceu que alguns executores pediram ajustes de metas e ajustes de prazos, e que isso seria discutido na próxima reunião da CTPNRH. O **Sr. Sergio Gonçalves (Presidente da CTIL)** destacou a importância desse instrumento, que ajuda a visualizar com rapidez e transparência a implementação do PNRH, mas que ainda havia muito a avançar. O **Sr. Wilson de Azevedo** questionou qual a relação direta com o resultado na gestão dos recursos hídricos, na qualidade e quantidade, onde é aferido. Adriana Lustosa, disse que isso é um desafio a ser alcançado. O **Sr. Gustavo Gazzinelli (ONGS-Fonasc)** enfatizou que muitas das metas estão afetadas ao CTHIDRO, todas paradas e sem previsão de recurso. Falou que isso era inadmissível e que deveria ser levado ao CNRH para ele se posicionar. Destacou, ainda, a reativação da CTGRHT, para ele o Ministério das Relações Exteriores não tem interesse que essa política seja compartilhada com outro ministério. Em função disso, a CT deveria ser presidida pelo Ministério do Meio Ambiente, uma vez que o MRE não mostrou empenho para que ela funcionasse. O **Sr. Paulo Samuel (Comitês)** também destacou a fala da Conselheira Jussara na reunião do CNRH sobre o contingenciamento dos recursos da CTHIDRO. **Item 8 - Definição de estratégia de trabalho para revisar o Decreto nº 4.613/2003, que regulamenta o Conselho Nacional de Recursos**

Hídricos, e dá outras providências. O Sr. Sergio Gonçalves (Presidente da CTIL) esclareceu que a matéria era uma das metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Abriu a palavra para manifestação e acordou-se que a revisão teria como objeto somente a composição do CNRH. Para tanto, os representantes encaminhariam as contribuições até o **dia 12 de janeiro de 2017**. A Secretaria Executiva faria a sistematização e proporia uma data para a próxima reunião da CTIL. O cronograma curto se justifica, pois, o planejamento é que essa proposta seja aprovada pelo CNRH ainda em 2018, considerando o prazo dado pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos. Acordou-se, ainda, que seria encaminhada documentação que poderia subsidiar a elaboração da revisão (Decreto no 4.613/2003, Moção CNRH 36/2006, Projeto Legado e Estudo do Ipea), no que se refere à composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Item 9 - Assuntos Gerais/Encerramento**. Retomando a palavra o presidente da CTIL discutiu a data do plenário do CNRH que, em função da agenda de outros colegiados, ficou marcada para o dia 19 e 20 de dezembro. O Sr. Paulo Samuel (Comitês – Gravatay) relatou sobre o XIX Encontro Nacional de Comitê de Bacia Hidrográfica, ocorrido entre os dias 07 e 10 de novembro, em Aracajú. Que as palestras se encontram na página do ENCOB. Mostrou também a página da Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas www.rebob.org.br, onde é possível acessar as atividades do CNRH, inclusive com o posicionamento dos representantes dos comitês nas Câmaras Técnicas. Nada mais a informar o Presidente da CTIL encerrou a reunião.

ATA aprovada na 143ª Reunião da CTIL, realizada nos dias 12 e 13 de abril de 2018.

Adriana Lustosa da Costa
Presidente

Roseli dos Santos Souza
Relatora